

Recensões

LEONARDO BOFF — Ecclesio-gênese. As comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja — (Col. Cadernos de Teologia e Pastoral n.º 6), Vozes, Petrópolis 1977, 113 pp., 21 cm x 14 cm.

A Coleção do Instituto Nacional de Pastoral lança mais um trabalho feito por um de seus membros, o Frei Leonardo. Foi também um trabalho que ele apresentou no II Encontro Inter-eclesial de Comunidades de Base, realizado em Vitória, no ano passado, tendo sido já publicado no SEDOC 9 (1976/7) n. 95, col. 393-438. O presente volume contém outro trabalho sobre o "Sacerdócio das mulheres e suas possibilidades", também ele já publicado em: Convergência 7 (1974) n. 65/66, pp. 663-687.

As CEBs são um fenómeno que de um lado se situa num quadro geral do momento cultural e eclesial e doutro tem entre nós características próprias. Na sua novidade, pede categorias próprias para sua auto-expressão, obrigando a eclesiologia a repensar-se. O sentido do trabalho do autor é precisamente apresentar um modelo teológico de compreensão de Igreja, que corresponda melhor ao fato eclesial em curso. Baseado num trabalho do prof. Pedro Demo,

mostra a importância da dialética entre comunidade e instituição, chamando atenção para que uma organização pode ser renovada pela comunidade, mas não pode ser transformada em uma comunidade. Elucida a necessidade da coexistência permanente do institucional e do comunitário na Igreja. Defende a tese de que a CEB é realmente Igreja e não somente possui elementos eclesiais. Para isso, trabalha com as categorias de Igreja universal e de Igreja particular numa compreensão dialética de sua relação. Recorre também à rica categoria de "sacramento" do Con. Vaticano II. Num capítulo denso, mas muito importante e central no livro, Boff apresenta dois modelos válidos de compreensão da Igreja. Com o risco e limites de toda reflexão baseada em modelos, já que eles simplificam e estilizam a realidade, as considerações do autor são extremamente sugestivas para uma vitalização das CEBs, pois lhe dão uma legitimação teológica sólida. A Igreja é entendida como Povo de Deus em primeira instância, e a organização como segunda, derivada e a serviço da primeira. O poder de Cristo está na totalidade do Povo de Deus, portador do triplice serviço de Cristo. A diversificação do poder de Cristo, que não exclui ninguém, permite que o leigo emergja como criador de valores eclesiológicos. Há

uma imanência constante e permanente do Espírito e do Senhor ressuscitado na humanidade e de forma qualificada, na comunidade dos fiéis. Os ministérios e o ministério da unidade se concebem a partir desta comunidade e a seu serviço. Teríamos, portanto, o esquema: Deus-Cristo-Es-
pírito-comunidade-ministérios-ministério da unidade, enquanto que o outro modelo, até então vigente, conceberia a seguinte linha: Deus-Cristo-Apóstolos-Bispos-Padres-fiéis. O autor mostra que ambos os modelos encontram fundamentos válidos e sérios na Escritura e por isso gozam de legitimidade teológica. A vigência do modelo Deus-Cristo-Apóstolos-bispos-padres-fiéis na sua exclusividade é dado histórico, mas não necessário. Em dado momento, a Igreja poderá assumir outro modelo de compreensão em coexistência com o anterior. O surto das CEBs parece indicar que elas estão pedindo essa nova possibilidade de inteligência de Igreja.

Num capítulo seguinte, o autor estuda as consequências de tal modelo no tocante às relações entre bispo-padre-fiel. Produz modificação pela passagem de um relacionamento vertical, linear para um triangular, no esquema proposto por Pedro R. de Oliveira e C. de Medina.

Não são de menor importância os pontos tratados sob a forma de "quaestiones disputatae". Leonardo Boff trata com muita competência e enorme informação o espinhoso problema exegético-teológico da fundação da Igreja e a vontade de Cristo. Desde os tempos do modernismo, a questão vem sendo agitada. No livro temos uma síntese concisa e clara da situação da questão, explicando com maior precisão o que significa dizer que Jesus fundou a Igreja, superando uma posição apologética clássica sem contudo desposar a tese modernista exagerada. O outro ponto delicado se refere ao poder do leigo em relação à celebração da Ceia do Senhor. Com sólidos argumentos teológicos e com muita cautela e prudência, são indicadas as condições para que se possa realmente pensar

numa celebração da Ceia pelo leigo. Talvez faltou uma referência ao problema da comunhão entre a comunidade que adota tal prática com outras que não conseguem compreendê-la. Até onde uma ruptura eclesial dessa comunidade em relação à prática comum de outras Igrejas e à concepção teológica das mesmas, ainda é um empecilho para tal celebração? Por conseguinte poder-se-ia colocar como nova e indispensável condição uma maturação de tal concepção teológica a ponto de ela não causar escândalo e transtorno na Igreja. Naturalmente como saída possível e entregue à reflexão das igrejas é muito válida e importante, pois irá preparando o momento maduro para tal prática, que suporá seja da parte dos fiéis como das autoridades uma aquiescência. Vale aqui a reflexão de Paulo sobre o ato de comer carne oferecida aos ídolos.

Num último capítulo, o autor retoma um artigo de alguns anos atrás onde mostra como teologicamente não há empecilhos para que a Igreja adote a prática do sacerdócio das mulheres. Apóia-se L. Boff em muitos trabalhos sérios.

O livro é muito interessante no seu conjunto. Denso. Muitas afirmações fundamentais supõem que o leitor esteja familiarizado com a eclesiologia. Aliás L. Boff é autor de amplo estudo, ainda sem tradução, sobre a sacramentalidade da Igreja, fruto de sua tese doutoral. Por isso, as suas frases rápidas escondem enorme riqueza de dados e de reflexões, que ele já elaborou mais longamente, seja nessa sua obra central como em outros trabalhos. Neste livro ele nos oferece os últimos dados da pesquisa teológica nesse campo com reflexões para a nossa situação própria, prestando grande serviço a todos que estejam comprometidos com as transformações que sofrem nossas comunidades eclesiais no presente momento. Vem em boa hora colocar à nossa disposição reflexões sérias, que supõem no leitor certa maturidade. Uma leitura rápida, como

se estivesse diante de um novo prontuário de receitas pastorais, pode ser nociva. São reflexões que tentam iluminar a realidade que vivemos e que também abrem novas possibilidades, que as comunidades eclesiais irão discernindo no concreto de sua história, conforme os clássicos critérios de discernimento, dentro de um marco histórico, teológico e eclesial.

J. B. Libânio

J. E. MARTINS TERRA, S. J. —
O Jesus histórico e o Cristo
querigmático — Ed. Loyola, S.
Paulo 1977, 175 pp.

A "questão histórica" de Jesus apresenta, sem lugar a dúvidas, um momento decisivo na evolução e orientações da cristologia moderna. Apesar das suas raízes, duas vezes centenárias, ela nada perdeu da sua importância e atualidade (Cfr. SÍNTESE, n.º 10, pp. 149-153). Dessa longa história, como totalidade, emergiu cada vez mais clara, a questão teológica de fundo: a relação e continuidade entre o Jesus terrestre e o Cristo exaltado. Da posição adotada diante desta questão depende a solução dos grandes problemas cristológicos. Não estamos, pois, nos pressupostos, mas no coração da cristologia.

É nesta problemática que nos introduz o livro do Pe. Terra. Resultado de vários seminários de Cristologia dirigidos pelo A., a maioria dos capítulos foi publicada na Revista de Cultura Bíblica. Apesar da despreensão com que nós é apresentado o objetivo do livro (orientações e pistas para estudar criticamente a produção cristológica atual: p. 5), a ninguém escapará a importância e atualidade desta coletânea. Com efeito, o caráter especializado do tema e a origem quase exclusivamente germânica das produções (protestantes e católicas) neste campo, constituem uma barreira intransponível para os não

especialistas. O leitor brasileiro, eventualmente interessado no tema, e sobretudo os estudantes de teologia, encontrarão aqui uma verdadeira iniciação — acessível, documentada e completa, sem pretender ser exaustiva — aos autores, escolas, métodos exegéticos e problemas subjacentes à assim chamada "questão histórica" de Jesus. A apresentação expositivo-descritiva está atravessada por uma grande sobriedade pedagógica, da qual não estão ausentes, porém, análises críticas e observações pertinentes que, junto com o rico material bibliográfico, fazem deste livro um manual de grande utilidade.

Prevalece no livro — e a opção é razoável e se justifica — a visão panorâmica sobre a análise minuciosa. Era inevitável. A vastidão do assunto (longo período histórico de dois séculos, multiplicidade de autores e de temas envolvidos) impede que certos temas encontrem o tratamento pormenorizado que mereceriam, trabalho este mais de miniaturistas do que de sínteses introdutórias. Nalguns momentos, contudo, se faz sentir mais o perigo inerente às sínteses. Por exemplo, seja qual for o juízo que nos merece a teologia liberal do séc. XIX (cfr. no livro pp. 10-12) e cada um dos seus fautores, não se poderia negar que, como *totalidade* histórica, um grande sentido teológico a animava, consciente como era da sua responsabilidade face ao momento cultural (cfr. por exemplo R. SLENCZKA, *Geschichtlichkeit und Personsein Jesu Christi. Studien zur christologischen Problematik der historischen Jesusfrage*, Göttingen 1967). Por que, senão, essa sobrevivência impenitente, esse sobressalto secular que ainda hoje nos comove, sem que se tenham esgotado as suas possibilidades? Muito além das escolas exegéticas ou dos pressupostos hermenêuticos, a descoberta da história e da historicidade, com todas as suas implicações, foi a grande comoção — e a grande chance também — da fé numa história individual e limitada — a de Jesus — com pretensões de universalidade. Que o preço

desse enriquecimento progressivo tenham sido as vicissitudes de uma "via sacra" carregada de luzes e sombras — chamem-se elas fracasso das "vidas de Jesus", exclusivismo do kerygma bultmanniano, redução antropológica da "esquerda bultmanniana", funcionalismos radicais, jesulogias ou teologias da "morte de Deus" — não nos deve ocultar que a nossa lucidez é fruto delas. E, como teólogos, não podemos entregar ao esquecimento as aquisições definitivas de cada uma das etapas dessa lenta gestação. Desde esta perspectiva, não se poderia abrandar o tom polêmico e redutor contra a "teologia da libertação" (p. 4, nota 9) e contra o livro, ao qual se alude ironicamente (p. 11, n. 8) sem referências, de L. Boff: Jesus Cristo libertador? Independentemente do juízo que mereçam, são contribuições significativas que devem ser levadas em consideração.

É dessa apreciação de fundo, do que está em questão, que decorrem, a meu modo de ver, alguns juízos que poderiam ser mais matizados: desde a apreciação indiferenciada sobre a escola bultmanniana ("fechada e obstinada em não dialogar", p. 69) até o juízo sobre o, sem dúvida, paradoxal pensador, mas com certeza penetrante visionário do presente, D. Bonhöffer (p. 103 s.), independentemente do uso que dele e das suas instituições possam ter feito os teólogos da "morte de Deus" (ver por exemplo: E. BETHGE, *Dietrich Bonhöffer. Eine Biographie. Theologe-Christ-Zeitgenosse*, München 1967; A. DUMAS, *Une théologie de la réalité: Dietrich Bonhöffer*, Genève 1968).

Tudo isso mostraria, talvez, a profunda interação entre as diversas correntes da teologia protestante. Desde Reimarus até Kähler e Bultmann, desde Käsemann à nova hermenêutica, desde Jeremias à escola escandinava, dentro e fora da órbita bultmanniana, a unilateralidade das reações, a independência dos enfoques e o vigor das descobertas foram depositando no leito da história elementos convergentes para a explicita-

ção da questão de fundo. O caminho que leva da antiga "investigação sobre a vida de Jesus" à "nova busca" do Jesus histórico até os nossos dias é um caminho propriamente teológico e não uma questão de métodos exegeticos cada vez mais refinados, por mais importantes que eles sejam. Mas talvez era difícil, dado o caráter expositivo e descritivo do livro, ressaltar mais as grandes etapas desta história, mostrando a sua articulação, para que transparecesse melhor a sua unidade, as suas prolongações e as suas implicações.

Em definitiva, a posição do A. parece excessivamente defensiva: "ou se atribui toda a história de Jesus à pia meditação da Igreja, ou se admite uma vez para sempre que Jesus é plenamente consciente de ser o Messias" (p. 167). Reação extremada contra Bultmann que talvez esclareça certas afirmações ("o Jesus histórico não é, como pretendia Bultmann, um dos pressupostos do kerygma, mas o pressuposto único", p. 26) e algumas opções "tranchantes" sobre a exegese de textos nada fáceis de dirimir, como a questão dos títulos (p. 157 ss.), o *logion* de Mc 14,62 (p. 159), os anúncios da paixão (p. 160 ss.), a interpretação, baseada em Mc 10,45, da morte de Jesus (feita por Jesus mesmo) como expiação vicária (p. 163) (sobre a discussão desse texto: J. ROLOFF, *Anfänge der soteriologischen Deutung des Todes Jesu*, em: NTS. 19 (1972/73) 38-64; H. KESSLER, *Die theologische Bedeutung des Todes Jesu*, Düsseldorf 1970), a autenticidade global das palavras da Ceia (p. 165) (ver a cautela de X. LÉON-DUFOUR, *Jésus devant sa mort à la lumière des textes de l'Institution eucharistique et des discours d'adieu*, em: *Jésus aux origines de la Christologie* pp. 141-168).

Algumas observações sobre a edição, para terminar. O verdadeiro título, estranhamente mudado pelo editor, está no interior e não na capa. É pena que o A. não nos tenha apresentado com a bibliografia prometida (p. 7, nota 1), que seria de grande utilidade e que ele, sem dúvida, co-

nhece. Estas e outras melhoras (como a grafia dos títulos alemães ou de nomes como Marxsen, escrito sempre Marxen: p. 1,8,27,30,174) poderiam enriquecer uma futura reedição.

Carlos Palácio

JEAN DELUMEAU — Le Christianisme va-t-il mourir? — Paris, Hachette 1977, 211 pp.

Um conhecedor profundo da “idade clássica” da modernidade, dos tempos em que o Cristianismo fixou seus traços “tradicionais”, agora submetidos a uma dilacerante revisão, se vê impelido a formular a questão que se torna quase obsessiva para a consciência do homem ocidental dos nossos dias: “o Cristianismo irá morrer?”. Mais que ninguém, Jean Delumeau estava preparado para colocar a questão nesse terreno sólido onde as inferências e as predições partem dos fatos e das retrodições bem fundadas: o terreno da história. Especialista da história religiosa dos séculos XVI a XVIII, autor de importantes trabalhos de documentação e pesquisa, Delumeau dera igualmente a prova de possuir esse dom raro que faz o verdadeiro historiador e que é o poder de síntese e de reconstituição, na sua vivente totalidade, dos mundos humanos do passado. Sua síntese admirável sobre a civilização da Renascença (col. *Les Grandes Civilisations*, 2.ª ed. Arthaud, 1973) consagrara-o entre os maiores representantes da brilhante escola francesa contemporânea do que se convencionou chamar “história das mentalidades”, a história no corte profundo dos gêneros de vida, dos comportamentos, das representações, das crenças, das práticas rituais, das idéias, e não apenas a história na seqüência linear dos eventos. Por outro lado, Delumeau não esconde sua condição de *chrétien engagé*, o que torna mais apaixonante sua interrogação e a resposta trabalhosa-mente construída “sobre esse estreito

to caminho de crista, no qual se recusa a neutralidade com o apegar-se, não obstante, à objetividade” (p. 9). Ao leitor é permitido aceitar como prova dessa objetividade uma aparente contradição que se manifesta na estrutura do livro e sobre a qual, de resto, o autor chama a atenção (p. 9). Dois planos distintos de leitura histórica mostrarão os erros e os méritos da cristianização ou da implantação do Cristianismo na civilização ocidental. Sua articulação dialética é que permitirá a partir do ângulo estrito do historiador, a predição de um futuro para o Cristianismo que, olhado desde a perspectiva histórica da cristianização permanece, para Delumeau, um futuro aberto. Um futuro que autoriza a esperança de uma continuidade de vida (justamente no seu difícil renovar-se) e, portanto, autoriza uma resposta negativa à inquietante interrogação que dá ao livro seu título. Para situar corretamente os fundamentos históricos do sóbrio otimismo de Delumeau é preciso ter presente a tese que o notabilizou entre os recentes estudiosos da história religiosa da Europa nos tempos modernos. Essa tese, exposta sobretudo no seu livro *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire* (col. *Nouvelle Clio*, 1971) contesta fortemente o esquema de interpretação que se vulgarizara sobretudo a partir de estudos de sociologia religiosa e que apontava o fenômeno chamado de “descristianização” como o mais característico da história religiosa da Europa nos últimos dois séculos. Tal esquema supõe um processo anterior de “cristianização” que se supunha ter alcançado, no chamado mundo cristão, as camadas mais profundas da consciência dos indivíduos como da estratificação das mentalidades. Processo, em suma, que se supunha ter atingido sua cristalização histórica no que aqui é denominado “o mito tenaz da Cristandade” (p. 9). O primeiro capítulo de Delumeau é consagrado a mostrar a face real da “Cristandade”: um Cristianismo que, não obstante admiráveis florações de santidade, não penetra a consciência das grandes mas-

sas abandonadas à precariedade de uma existência permanentemente ameaçada pela fome, as doenças e a guerra; e uma ideologia político-religiosa servindo ao exercício de um poder em flagrante contradição, nas suas intenções e nas suas empresas, com os preceitos evangélicos. O segundo capítulo é uma análise cruel mas historicamente irrefutável dessa ideologia político-religiosa como exercício do "poder da Igreja". A história reconstitui e explica, talvez justifica em parte, mas não absolve do seu erro fundamental esse formidável equívoco histórico que pesa sobre mil anos de "cristianização" e que foi a aliança absurda do Evangelho e da força. Idealizada no mito da "Cristandade" essa aliança revela, aos olhos do historiador cristão que é Delumeau, os limites e as carências da "cristianização". E obriga a questionar, juntamente com o esquema de uma "descristianização" que as estatísticas sobre o declínio da prática religiosa não bastam para caracterizar suficientemente, a permanente tentação de uma "recristianização" que — seja na sua versão "integrista", seja na sua visão "progressista" — não consegue escapar ao domínio ideológico do mito da "Cristandade". "Ambigüidade da história cristã": o título do terceiro capítulo de Delumeau traduz a tensão dialética que se estabelece entre dois níveis possíveis de leitura da história cristã. No primeiro nível, de caráter quantitativo, a associação do Evangelho e do poder traduz-se na aparência de uma unanimidade que esconde para nove décimos dos habitantes da "Cristandade" — as massas rurais e iletradas — práticas e mentalidades que dificilmente poderiam ser descritas como cristãs. O segundo nível, de caráter qualitativo, é aquele no qual se situa esse imenso esforço de educação das consciências e dos costumes segundo as exigências evangélicas e a criação de obras admiráveis que autorizam a falar, sob o ponto de vista histórico, de uma cultura cristã. É nesse nível de leitura qualitativa da história da "cristianização" que se torna possível uma interpretação do

passado cristão, a partir da qual o Cristianismo medieval e as Reformas modernas — católica e protestante — situam-se na linha de uma continuidade que vai permitir ao autor traçar, nos capítulos quarto e quinto, os traços possíveis de um cristianismo para amanhã. Traços guiados pelo otimismo e pela esperança do historiador e do cristão mas que partem da suposição de profundas mudanças de mentalidades e práticas no cristianismo oficial das Igrejas. Como apêndice ao seu livro, Jean Delumeau publica, sob o título "O prescrito e o vivido", o texto da sua aula inaugural no *Collège de France* a 13 de fevereiro de 1975. Aí estão reunidos os temas essenciais da sua visão de historiador da "idade clássica" do Cristianismo moderno e o problema histórico da "descristianização" é discutido sob um ponto de vista que, fundamental para o historiador, não pode deixar de interessar o teólogo pastoral bem como o filósofo da cultura e o especialista em história das religiões.

H. C. Lima Vaz

PE. ALFONSO PASTORE —
Uma Paróquia na Grande Cidade — Ed. Loyola, São Paulo 1977, 72 pp.

A paróquia é a de Nossa Senhora do Rosário, 70.000 habitantes, na Av. Pompéia. A grande cidade é São Paulo. O Pe. Alfonso Pastore, *vigário* da paróquia durante dez anos, conta-nos, num estilo quase telegráfico, sob a forma externa de um livro, sua experiência. Não é um livro pensado e construído sistematicamente. É quase um relatório, "calcado em fatos", mas com toda a veracidade e o calor de uma experiência nascida da fé e vivificada pela fé. "Ser pároco — diz-nos o apresentador do livro — é ter criatividade (...) para achar formas de inserir todos na Igreja": crianças, adolescentes, jovens, adultos, casados e solteiros, doentes e

sadios, de todas as classes sociais. Neste pequeno livro são-nos apresentadas algumas das formas desta criatividade. Vale a pena lê-lo, não para copiá-lo mimeticamente, mas para aprender a ser criador pelo contato com homens criadores; para aumentar a fé na força do Evangelho, para crescer na esperança, para motivar-nos a buscar os caminhos concretos do amor aos irmãos. — Quais são esses fatos? As transformações, ou melhor, as conversões operadas nas pessoas e nas comunidades da paróquia. Os três casos relatados no fim do livro mostram o grau de consciência cristã criada nos membros das comunidades e a radicalidade do comportamento cristão dos que se converteram ao Evangelho. "Quem participa da vida da comunidade — diz-se a certa altura — ou se converte radicalmente ou se afasta". Quais são os meios usados para esta participação e conversão? A fundação e animação das Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Familiar, os Dias de Formação, os Cursos da Palavra, a descoberta de novas formas de oração comunitária, girando todas elas em torno do eixo Palavra de Deus — situação concreta das pessoas, famílias, grupos; o atendimento aos doentes nas famílias e nos hospitais, assim como aos recém-casados perdidos na grande cidade; a catequese às crianças dada por mães de família e tantos outros ministérios exercidos por equipes de leigos que assumiram, juntamente com os padres, a responsabilidade de encarnar o Evangelho na sua comunidade. E o Evangelho milenar, quando é acolhido com a fé que opera pela caridade, transforma sempre a vida das pessoas e das comunidades em que elas vivem. — Não são poucos os que hoje afirmam, num tom doutoral, que não há possibilidade alguma de mudar nada nas paróquias. Este livro prova, com fatos, que é possível mudar, renovar, criar, mesmo numa grande paróquia de uma grande cidade.

A. B.

BAGU, SERGIO Y OTROS —

Familia y Sociedad: cuestionario para una familia en crisis
— Editorial Tierra Nueva, B.
Aires 1975, 391 pp.

Esta obra es fruto de un largo proyecto de investigación desarrollado por el Centro de Estudios Cristianos (CEC), en Bs. As. contando con la participación de numerosos autores (muchos incluso no figuran en la edición presente) y tratando de analizar, dentro de la amplia temática de la familia, su crisis y su futuro.

Los objetivos de este trabajo, si se nos permite decirlo así, no son especialmente ofrecer un abundantemente material de trabajo sobre la problemática de la familia, para enriquecer una escasa bibliografía sobre el tema desde la perspectiva de las ciencias sociales (aspecto este plenamente logrado, por otra parte), sino sobre todo y principalmente, cumplir una tarea *pastoral*; proporcionar material de reflexión al grupo familiar y para leer en familia. Tener la oportunidad de analizar y profundizar en un texto las problemáticas básicas sobre las cuales se interroga la pareja, la familia misma, sobre los cuales se preguntan los educadores, se cuestionan los hijos, dialogan los novios, le preocupa al ciudadano común, y es fuente de reflexión para el hombre religioso; no es un suceso cotidiano. He aquí el gran valor de este trabajo: su objetivo no es meramente especulativo, intelectual o científico; por el contrario es pragmático, orientativo, pastoral en una palabra.

La estructura de la obra es la siguiente: El prefacio y la parte primera, a cargo de Ricardo A. Couch presentan los antecedentes de este ensayo, y plantean, en un lenguaje llano y accesible, la problemática de la familia actual. El centro de atención gira en torno a la crisis de la familia, asumiendo que toda crisis no implica de suyo una derrota, o un episodio dramático, sino, por el

contrario, puede tratarse de un momento de crecimiento, una crisis de crecimiento. La parte segunda, la denominaron "el planteo social". Abarca los capítulos 2 a 11, siendo, por otra parte, la más extensa de las secciones del libro. El capítulo 2 intenta una definición de la familia desde la perspectiva de la psicología (donde el aporte de Julio de Santa Ana es por demás interesante); desde la perspectiva que ofrece la sociología, y allí el trabajo de Leopoldo J. Nilus muestra un excelente nivel y gran rigurosidad; y desde la perspectiva antropológica, donde Jorge Schroder, haciendo uso de un lenguaje y estilo poético casi, va desmenuzando el profundo sentido del "ethos" familiar en un contexto social de transición. Waldo Vilalpando intenta sintetizar este triple abordaje temático, en una perspectiva integrada. Los capítulos 3 a 6, proponen las siguientes temáticas: "Familia y Cultura de Masas", "La familia en la ley Argentina y Uruguay", "La Familia en el Nuevo Testamento" (donde el Pastor Carlos Valle muestra la hondura y sencillez, a la vez, de su reflexión teológica), "La responsabilidad Educativa de la familia"; estos cuatro capítulos terminan por bosquejar el sentido de la familia (y sus problemas) en el mundo actual; los capítulos siguientes de esta parte dos (caps. 7 a 11), abordan distintas temáticas que hacen también al sentido de la familia, pero desde aspectos un tanto más particulares, como "Familia y Evolución Psicológica Infantil", "Adolescencia: el planteo de Pierre Furter", "La Adopción", "De la Responsabilidad Sexual a la Maternidad y Paternidad Responsables", para finalizar con un excelente tratamiento del "Control de Natalidad, Población y Política" a cargo de Waldo Vilalpando, muy útil para reflexionar sobre el sentido de la familia y el condicionamiento social por el uso de los bienes sociales (básicamente los alimentos) en un mundo superpoblado, con alta tasa demográfica, y las implicancias geopolíticas del control de la natalidad como alternativa imperial para impedir una distribución socialmente más justa de las riquezas (y

por ende de los alimentos, como predicaba el prestigioso economista brasileiro Josué de Castro). Sin duda alguna, este trabajo, es uno de los más logrados de toda la obra, conjugando, un alto nivel de información y tratamiento de los datos empíricos, con un excelente análisis de la problemática desde una óptica "poblacionista", la única alternativa que queda a los países del Tercer Mundo.

La parte tercera analiza en profundidad la relación hombre-mujer; es decir se busca un abordaje de la situación de la pareja dentro de la familia y en el mundo contemporáneo.

Abarca los capítulos 12, 13 y 14, y se interroga por la relación varón-mujer (aunque lamentamos la no integración de la reflexión que desde la teología y filosofía de la liberación realizaron sobre el tema algunos autores como Enrique Dussel o Arturo Paoli), para pasar luego a analizar al hombre y la mujer en el Plan de Dios y, finalizar esta parte, donde el tratamiento de la sexualidad, como dimensión humana personalizadora, puede considerarse el propósito fundamental del apartado, con la problemática de Sexo y Moral, comentando Leopoldo Nilus el Informe del Concilio Británico de Iglesias sobre dicha problemática.

Las partes IV y V intentan analizar las respuestas a las crisis de la familia; la parte cuarta, intenta objetivizar las respuestas más "institucionalizadas", y allí se aborda el Divorcio, el Amor Libre, el Celibato y la Homosexualidad, debidos todos a la pluma de Jorge Schroder también, dejando de lado un estilo directo, agresivo, informado o más científico, para buscar un tratamiento más reflexivo, que intenta delimitar líneas de explicación menos sofisticadas pero más integrables en la tonalidad común de la vida humana; quienes opten por un tratamiento más orientado al análisis casuístico de esta problemática, se verán desilusionados en esta parte; los que prefieran un tratamiento abierto, dialógico, reflexivo, verán cumplido con creces sus ambiciones. La parte quinta aborda las respuestas menos

"Institucionalizadas" de la familia. Y surge entonces las experiencias comunitarias. Quienes tenemos experiencia en el tema (y no solo en forma especulativa) tenemos que concluir que se trata de la parte más débil de todo el trabajo. Se analiza introductoriamente el tema de las comunidades como respuesta a las crisis para pasar a analizar dos experiencias vigentes aun hoy en día en el Río de la Plata: la Comunidad Tierra (San Miguel, Pcia. de Bs. As.) y la Comunidad del Sur (Montevideo, Uruguay). Esta parte abarca los capítulos 20 a 22, y por último, el capítulo 23 intenta conciliar (aunque no resumir o sintetizar), todo lo expuesto buscando "Hacia una comprensión Cristiana de la Familia". Este libro, no es una obra acabada, por el contrario se trata de un trabajo "itine-

rante", es decir, una problemática que camina hacia los horizontes humanos del hombre contemporáneo. Nuestra impresión es que esta obra tiene que ser material de reflexión ineludible, hoy en día en América Latina, para las familias cristianas; por lo expuesto, el objetivo inicial de la investigación del CEC se ve plenamente cumplida. Además, habre, para los interesados en la problemática más específicamente científica, un ámbito de comprensión y diálogo inestimable. Como libro itinerante, puede contribuir a descubrir las pistas de este camino tan difícil de ser cristianos sin abandonar (y aun más, plenificando) la condición humana, aquella que suscitó las amargas reflexiones de André Malraux.

Carlos Alberto Torres